

PREFEITURA MUNICIPAL DE VACARIA
ATA DE RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2013

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às quatorze horas, a Comissão Permanente de Licitações, sob a presidência de Ronerson Bueno, acompanhado dos demais membros, reuniram-se para o ato de análise e julgamento da impugnação interposta pelas empresa **ANILDO ANTUNES ME**, no Pregão Presencial nº 69/2013. O recurso foi interposto tempestivamente, no dia 23/10/2013, e em síntese requer:

1 – A retirada da exigência de amostras do edital. A Comissão à vista dos autos, passa a tecer os seguintes comentários:

I – Preliminarmente faz-se necessário frisar que nossos editais são pautados sob a legalidade e na busca do aperfeiçoamento e aprimoramento dos serviços;

II – Para excluir ou modificar uma cláusula, antes se faz necessário verificar se, realmente, a mesma está incorreta, restritiva ou ilegal;

III – As solicitações de amostras, antes de mais nada, são condições de segurança para a compra de materiais de qualidade, ainda mais por se tratarem de produtos direcionados a saúde pública.

IV – A Comissão não visualizou impedimento na participação da empresa ora recorrente e não entende o porquê de tanto receio, sendo que a mesma nem tentou apresentar algum produto e, muito menos motivou qual seria a sua dificuldade ou restrição/impedimento em participar. A mesma preocupou-se apenas em atacar uma condição do edital que trará muito mais benefícios a coletividade do que prejuízos. Nesse sentido:

“Na etapa de julgamento das propostas, amostras e protótipos dos produtos cotados podem ser solicitados. Quando não se encontrarem de acordo com as exigências da licitação, devem as propostas ser desclassificadas. É necessário que a exigência de amostras ou protótipos esteja previamente estabelecida no ato convocatório, acompanhada de critérios de julgamento estritamente objetivos.

Será admitida a indicação de marca como parâmetro de qualidade para facilitar a descrição do objeto a ser licitado, quando seguida das expressões “ou equivalente”, “ou similar” e “ou de melhor qualidade”. No caso, o produto deve ser aceito de fato e sem restrições pela Administração.

O que a Lei de Licitações veda e os Tribunais de Contas condenam, especialmente o TCU, é a preferência por determinada marca ou indicação sem devida justificativa técnica nos autos”. **(Licitações e contratos TCU)**

“Se todos os produtos ofertados por diferentes fabricantes estiveram sujeitos à mesma inspeção técnica de suas amostras, sob os critérios objetivos estabelecidos em edital, não há que se falar em tratamento não isonômico conferido entre licitantes. **Acórdão 1165/2006 Plenário (Sumário)**”

“No caso de pregão presencial realizado para aquisição de material de consumo, a análise de amostra apresentada pelo vencedor do certame tem o condão de garantir, ao órgão público que efetua a compra, que o produto adquirido tenha adequada qualidade técnica aliada ao melhor preço, sem, contudo, comprometer a rapidez esperada para a efetivação da contratação. Para materiais de consumo que podem ter sua qualidade aferida, rapidamente, sem necessidade de emissão de pareceres técnicos de especialistas, a exigência de amostra do vencedor do certame consubstancia-se na prevalência do princípio da eficiência, sem restar constatado prejuízo à celeridade. **Acórdão 1182/2007 Plenário (Voto do Ministro Relator)**”

Desta forma, considerando que não há irregularidades no edital; Considerando que não se constatou ilegalidades ou cerceamento quanto à participação de licitantes; Considerando que no quesito amostras, a solicitação e o critério de julgamento estão bem definidos, objetivamente no edital. A Comissão não vislumbra óbice pelo prosseguimento do edital. Desta forma, encaminham-se os autos ao Sr. Prefeito Municipal para que delibere sobre o prosseguimento ou retificação do edital. A íntegra desta ata encontrar-se-á, também, no site do Município www.vacaria.rs.gov.br, link licitações, fazendo parte integrante do mesmo. Nada mais havendo a relatar, eu Ronerson Bueno, Presidente da Comissão, encerro a sessão, lavrando a presente ata.